

Claudia da Silva Ferreira, *Mulher Arrastada*, Não! O Papel Performativo da Linguagem na Luta por Reconhecimento de uma Vítima da Necropolítica no RJ

Claudia da Silva Ferreira, Not The Dragged Woman! The Performative Role of Language in the Fight for Recognition of a Victim of the Necropolitics in Rio

Júlio Cesar Salles Boaventura*, Aline da Silva Azevedo de Carvalho**

RESUMO: O presente artigo discute a circulação de discursos sobre o assassinato de Cláudia da Silva Ferreira, moradora do subúrbio de Madureira-RJ e seus efeitos performativos (BUTLER, 1997) em diferentes espaços-tempo. Pretendemos: contextualizar o caso da “mulher arrastada” e explicitar a noção de linguagem; explorar os conceitos de biopolítica (FOUCAULT, 2008), soberania (FOUCAULT, 2008; AGAMBEN, 2004) e necropolítica (MBEMBE, 2011; 2014) na compreensão do genocídio da população negra no Rio de Janeiro; abordar a relação entre linguagem e violência e, a partir de um recorte de dados de uma pesquisa de doutorado em andamento, expor práticas discursivas de resistência em ambientes virtuais que buscam conferir reconhecimento a essa mulher sem nome, sem rosto e sem identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Necropolítica; Reconhecimento.

ABSTRACT: This article discusses the mediatic construction of the murder of Cláudia da Silva Ferreira, a resident of the suburb of Madureira, RJ and its performative effects (BUTLER, 1997) in different time-spaces. We intend to: contextualize the case of the “dragged woman” and explain the notion of language, explore the concepts of biopolitics (FOUCAULT, 2008), sovereignty (FOUCAULT, 2008; AGAMBEN, 2004) and necropolitics (MBEMBE, 2011; 2014) in understanding the relationship between language and violence and, based on data from an ongoing doctoral research, expose discursive practices of resistance in virtual environments that seek to give recognition to this unnamed woman, without face and without identity.

KEYWORDS: Language; Necropolitics; Recognition.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, Linguística Aplicada, doutor. E-mail: julioboaventura2008@gmail.com

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, Linguística Aplicada, doutoranda, E-mail: pretacademica@gmail.com

 10.46230/2674-8266-11-2914

Distribuído sob



INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E VISÃO DE LINGUAGEM

A auxiliar de serviços gerais, Cláudia da Silva Ferreira, moradora do morro da Congonha, em Madureira-RJ, foi alvejada por tiros em 16 de março de 2014, um domingo de manhã. O simples fato de sair de casa para comprar pão já significou risco de morte para um corpo em situação vulnerável como o de Cláudia Ferreira, pois, como afirma (FANON, 2015, p. 117), aos corpos negros está posto o viver sob a maquinaria racial.

“Mulher arrastada” – Esse foi o modo como Cláudia Ferreira foi perspectivada pela mídia no fatídico episódio de seu assassinato: marcada pela generalização, pela anonimidade, pelo apagamento. Foram múltiplas as violências que ela sofreu. Foi tomada por bandida pelos policiais que a alvejaram; baleada; jogada em um camburão; e arrastada. O arraste de seu corpo pendendo de um camburão foi filmado por um cinegrafista amador e até hoje circula no YouTube e no site de um jornal popular no Rio de Janeiro.

Quem era essa “mulher”? Caso fosse de classe média alta, teria nome? Quem tem nome na mídia? Quem tem voz e como tem? Para fazermos tais questionamentos nos ancoramos em uma visão performativa de linguagem (Austin 1962/1990, Butler 1997). Entendemos que ao noticiar o assassinato de Cláudia, a mídia não descreve ou revela o que de fato ocorreu, mas encena versões sobre acontecimentos e possibilita que essas versões sejam recontextualizadas em diversos espaços-tempo. As versões da mídia acerca do “caso Cláudia” seriam, segundo Silverstein (1993, p. 38), textos que nos processos de interação discursiva estão sempre sendo “feitos, refeitos, transformados, reformados, etc”. A cada vez que o “caso” é recontado, ele é “entextualizado” de modos diferentes por diferentes agentes sociais que projetam significados que podem afiançar ou rechaçar os efeitos de sentido projetados em outros ambientes interacionais.

É possível dizer, assim, que textos têm agência (LATOUR, 2012). São performativos e agem no mundo social. Antes de se tornar a “mulher arrastada” em muitas manchetes de jornais que noticiaram sua morte, Claudia – mulher negra, favelada – foi lida como criminosa pela PM. Sua leitura como “bandida” foi performativa: na política de extermínio do RJ, “bandido bom é bandido morto”. Em declaração ao portal G1 sua filha Thaís afirmou:

Foi só virar a esquina e ela deu de frente com eles. Eles [os policiais] deram dois tiros nela, um no peito, que atravessou, e o outro, não sei se foi na cabeça ou no pescoço, que falaram. E caiu no chão. Aí falaram [os policiais] que se assustaram com o copo de café que estava na mão dela. Eles estavam achando que ela era bandida, que ela estava dando café para os bandidos.

Do mesmo modo, no dia seguinte ao crime, cerca de cem moradores da Congonha protestaram em uma via pública principal do bairro de Madureira. Eles portavam faixas pretas e cartazes de protesto contra a polícia e gritavam: “Pqp essa PM é a vergonha do Brasil”. Segundo O Estadão, eles teriam ateadado fogo em dois ônibus e apedrejado uma viatura da PM.

Com base em suas experiências cotidianas, os moradores daquela comunidade percebem a força agentiva da linguagem que (re)configura pessoas, ambientes, e estado de coisas. Eles protestam: Cláudia não era bandida, não levava café aos traficantes. Um gesto relevante indicou a integridade moral de Cacau, como ela era carinhosamente apelidada. Seus familiares puseram o uniforme de trabalho e uma

cópia da carteira de trabalho sob seu caixão no dia do sepultamento.

A partir do recorte dos dados de uma tese de doutorado em andamento, selecionamos aqui sete momentos de entextualização de discursos que circularam sobre Cláudia: a charge de Rafael Balbuerno, publicada no blog da mídia não hegemônica, o Jornalismo B ; o post da ativista Niara de Oliveira no Facebook; os comentários de Ana Silva e Thiago Paiva, recortados dos diversos posts de ativistas em redes sociais, reunidos pelo site Global Voices e finalmente três capas da versão impressa do jornal Extra, do dia do crime, e em dois dias posteriores. E a partir deles analisaremos que práticas discursivas de resistência são utilizadas pelos atores sociais a fim de dar nome e rosto à Cláudia?

A terrível cena do arraste de Cláudia, a qual caracterizamos como o registro de um dos inúmeros casos de descaso da polícia com a população negra do RJ, é a materialização da política de matança que predomina em nossa cidade e no Brasil. Trataremos dessa política na seção seguinte.

1 NECROPOLÍTICA DOS CORPOS NEGROS

No capítulo “Direito de morte e poder sobre a vida” do primeiro volume de *História da Sexualidade* (1988), Foucault se debruçou sobre o desenvolvimento do biopoder no Ocidente. Se até meados do século XVIII, o poder de morte constituía o mais eficaz instrumento de controle do soberano sobre a vida de seus súditos, a expansão de novas forças produtivas associadas ao sistema de fábrica fez emergir mecanismos de dominação que, em vez de reprimir ou eliminar a vida, se ocuparam de incitá-las e regulamentá-las (FOUCAULT, 1988, p. 149). Impulsionado pelas demandas do capitalismo industrial, o biopoder passou a tratar da gestão da vida, racionalizando dados referentes à natalidade, à mortalidade, às doenças e seus efeitos sobre a população e à duração da vida com o objetivo de interferir e regular tais processos.

Fundamental para esse processo de inserção da vida em mecanismos de poder/saber foi a constituição e a regulamentação dos dispositivos de sexualidade, pois fomentaram a obsessão por uma raça e um sangue puros e deram origem a forma moderna do racismo (FOUCAULT, 1988, p. 163). Mais do que legitimar a superioridade de uns sobre os outros, o racismo tornou-se central para que o poder soberano de morte se estabelecesse em um sistema de poder que privilegiava a vida. O racismo biopolítico, nesse aspecto, se estabeleceu como instrumento permanente de depuração biológica que legitima a eliminação de certos organismos que supostamente não se enquadram nos discursos de poder/saber vigentes e constituem uma ameaça à parte considerada saudável e útil da sociedade.

Giorgio Agamben amplia o debate Foucaultiano acerca do funcionamento da soberania na contemporaneidade. Fundamentado na metáfora do *homo sacer* (AGAMBEN, 2004), figura do direito romano arcaico, o filósofo italiano assevera que o poder soberano atua numa zona de indiferença entre o sagrado (a natureza) e o humano (o ordenamento jurídico-político). A soberania, sob essa perspectiva, pode exercer seu poder de morte sobre qualquer um sem que sua ação seja considerada um homicídio, conforme as leis vigentes, ou um sacrifício, de acordo com a tradição religiosa. A politização da vida na modernidade, conforme Agamben (2004), se constitui na sujeição incondicional dos indivíduos ao poder de morte da soberania. Com efeito, para fazer parte da pólis, o indivíduo estaria permanentemente sujeito a ser vida nua, que excede a natureza e a cultura, vida matável e insacrificável a mercê do poder soberano

(AGAMBEN, 2004, p. 113).

Ao trazer igualmente novas contribuições acerca das noções de biopolítica e soberania, Mbembe (2011) extrapola o sentido que Foucault atribui ao racismo biopolítico, considerando que este constitui um instrumento de regulação e distribuição de morte sustentado e operacionalizado por instâncias dentro e fora do estado. Ações de justicamento realizadas por grupos armados de milicianos na região metropolitana do Rio de Janeiro são exemplos de que o poder soberano de morte não é exclusividade do Estado. Além disso, conforme Mbembe, o racismo associado à noção de biopoder não é suficiente para explicar a “destruição material dos corpos e populações humanos julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2014, p. 135). A explícita sujeição de negras e negros à ação da soberania na cidade do Rio de Janeiro não deixa dúvida de que a biopolítica foi suplantada pela necropolítica (política da morte) na qual certos corpos não são considerados produtivos nem politicamente úteis e, portanto, estão excluídos da política da vida em vigor.

Em artigo em que analisa a obra de Mbembe, Hilário (2016, p. 206) denuncia como exemplo de funcionamento da necropolítica na periferia do capitalismo a intervenção atual em relação à criminalidade, em relação às prisões e ao modus operandi da PMERJ, que consiste em eliminar sistematicamente a massa supérflua negra. Hilário (2016, p. 207) aponta como demonstração de tempos necropolíticos o fato da PMERJ ter cometido mais de 10 mil homicídios entre 2001 e 2011. Retomando Zaccone (2015, p. 23-24) ele ressalta que a “polícia mata, mas não mata sozinha”, ou seja, “existe uma política pública, na forma de razões de Estado, a ensejar os altos índices de letalidade do sistema penal brasileiro, com destaque para aqueles praticados rotineiramente nas favelas cariocas”.

Mas porque a biopolítica não parece suficiente? Hilário parece resumir bem a passagem da biopolítica da vida, para a necro, a política da morte:

Não mais, então, uma política voltada para a produção da vida – ainda que adequada à forma social, é verdade – e sim uma política cujo objetivo é a aniquilação em larga escala. Aqui a tendência para o “trabalho morto” na produção de valor encontra o “trabalho de morte” da política. Os indivíduos começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo. Muito pelo contrário, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade etc. (HILÁRIO, 2016, p. 205).

Conforme apontado na citação acima, variadas maquinarias da soberania continuam operando para eliminação de vidas em larga escala. Punições como estratégias de castigo, genocídios latentes. Temos em pleno século XXI a reedição de tribunais da escravidão, com “justiceiros” amarrando pessoas negras suspeitas e as levando aos troncos. Os corpos negros que abatem têm, em muitos casos, a mesma tez dos abatidos. Na geopolítica dos corpos matáveis, multiplicam-se as chances de morte dos corpos sem traquejo social para o jogo. Os não socializados são alvos fáceis

O necropoder estabelece um imaginário de naturalização da barbárie. A soberania decide quando e em quem atirar. Decide os modos múltiplos de genocídio que pode operar podemos citar: o genocídio no campo religioso, o repúdio às religiões de matriz africana, materializado em cenas de destruição de terreiros, em demonstrações explícitas de intolerância religiosa e a higienização da paisagem denunciada por Oliveira (2014); o racismo ambiental – na implantação de fábricas em áreas estratégicas em que há

negros e pobres e a segregação dos negros em morros e favelas, iniciada por Pereira Passos no início do século XX.

A reflexão sobre as formas de necropolítica já compareciam na emblemática obra de Abdias Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro* (1978). Em seu prefácio Florestan Fernandes aponta três destaques desse clássico, lançado nos anos 70 e ainda tão atual. Dentre elas, destaco a utilização do termo “genocídio” aplicado ao negro brasileiro.

Na análise de Florestan o termo “genocídio” seria “terrível e chocante para a hipocrisia conservadora”. Porém, ele concorda que não há outra qualificação para o que os negros passaram e acrescenta:

Da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas tem sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. Ai não entra nem uma figura de retórica nem um jogo político. Quanto à escravidão, o genocídio está amplamente documentado e explicado pelos melhores e mais insuspeitos historiadores. A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão de obra escrava ainda possuía utilidade. E, posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, com se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e geográficas. (FERNANDES apud NASCIMENTO, 1978, p. 21)

Obras como a de Abdias vão na contramão do discurso de democracia racial e denunciam o caráter do que o autor denomina de um “racismo mascarado”. Racismo esse que se dá discursivamente, e de que trataremos na próxima seção, ao abordarmos as potencialidades da linguagem enquanto violência e agência.

2 LINGUAGEM, VIOLÊNCIA E AGÊNCIA

Para a família, a dor se mistura a indignação. A sensação é de que no morro, na favela, só mora bandido, marginal. Insegurança, somos tratados como animais.
(desabafo de amigo de Claudia – não identificado – ao site G1)

Poderia a linguagem nos injuriar se não fôssemos, em algum sentido, seres da linguagem que recorrem a ela para existir? (BUTLER, 1997).

Sim, somos seres da linguagem. Ela instaura realidades. E que realidades se instauram sobre corpos negros como o de Cláudia no Brasil? A leitura do primeiro trecho da epígrafe da presente seção, oriunda do doloroso desabafo de um amigo de Claudia, parece demonstrar o imaginário que ele projeta em relação aos moradores de favela: marginalização, insegurança e condição de não humanidade.

Historicamente os corpos negros foram construídos como destituídos de racionalidade. Eles não têm direito à fala da alta cultura. Como argumenta Mbembe (2014) fez parte do projeto capitalista a construção dos mesmos de modo sempre pejorativo. Por isso o autor cita três acepções que a escravidão colocou nos corpos negros: o corpo máquina, moeda e mercadoria, (MBEMBE, 2014, p. 11).

Na obra *Negro: de bom escravo a mau cidadão*, de 1977, o sociólogo Clóvis Moura aponta que o negro passou de “bom escravo idealizado” ou em suas palavras, “ideologizado numa ótica paternalista” e vai ser visto como o mau cidadão atual. Ele exemplifica que esses indivíduos foram deslocados para as

favelas, os cortiços, os mocambos nordestinos e estão nas mais baixas camadas sociais. O trecho abaixo parece denunciar que o fim da escravidão não significou a integração da população negra à sociedade: após a abolição os negros continuavam sem acesso ao mercado. Mesmo quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, o ex-escravo recebeu o impacto da vinda dos imigrantes. Esse fluxo migratório, ao entrar no mercado de trabalho, deslocava o ex-escravo do centro de produção para a sua periferia, criando as premissas econômicas de sua marginalização (MOURA, 1977, p. 29).

A marginalização social do negro e a sua construção como coisa ou mercadoria de pouco valor constituem alguns dos efeitos de uma perversa herança colonial que se perpetua, sob a forma de atos de fala, com grande poder performativo sobre a sociedade brasileira contemporânea. Como afirma Melo (2015, p. 72),

[...] a repetição de tais atos de fala performativos constrói e naturaliza negras/os como ruins, inferiores, abjetos, animais, habilidosos/as para tarefas domésticas e que exigem força, porém nunca para as atividades intelectuais. Essa repetição pode ser observada nas mídias tradicionais e digitais, escolas, igrejas, dentre outros. (MELO, 2015, p. 72)

A circulação de alguns textos na mídia brasileira, historicamente carregados de sentidos depreciativos e excludentes em relação a grupos não hegemônicos, nos ajuda a compreender a linguagem como um instrumento que pode ser usado “para ferir o Outro, especialmente aquele que representa o gênero, a raça e o espaço que não se quer habitar.” (SILVA, 2010, p. 8)

A linguagem fere e no caso de uma vida que mora na favela ela pode sentenciar à morte. Os corpos, de maioria parda e negra, são historicamente atravessados por ideologias de inferiorização. O imaginário relacionado aos corpos negros e sua condição de não humanidade são herança de um passado escravocrata muito recente. Há apenas cento e trinta anos após o fim da escravatura, hoje somos maioria em comunidades, morros e baixadas pelo país.

A ativista Camila Pavanelli demonstrou sua indignação ao perceber a tentativa dos PMS em incriminar Claudia. Ela declarou no Facebook que

A mentira é o pressuposto do qual devemos partir ao ouvir qualquer declaração da PM. Mas nem sempre esse pressuposto se confirma. No caso de Cláudia e suas quatro armas, não se estava tentando mentir para acobertar o crime (afinal, quem seria capaz de acreditar nesta versão?). Afirmar que Claudia tinha quatro armas é nada menos que estender a tortura aos seus familiares.

Camila parece perceber que a calúnia pode ferir tanto quanto uma violência física, uma tortura. A linguagem tem o poder de continuar ferindo quem já estava morto. Essa relação nevrálgica entre linguagem e violência necessita de atos de fala como o de Camila para funcionar, pois, ao denunciar os efeitos da fala caluniosa dos policiais, a participante confere à linguagem a capacidade de agir sobre e contra nós. Conforme Butler (1997),

Quando argumentamos que fomos feridos pela linguagem, que tipo de argumento usamos? Nós atribuímos agência à linguagem, um poder de ferir, e nos posicionamos como objetos dessa trajetória injuriosa. Nós dizemos que a linguagem age e age contra nós e essa afirmação é uma instância da linguagem, que procura arrastar a força de uma instância superior. Portanto nós exercitamos o poder da linguagem mesmo quando combatemos sua força, pegos em laços que

nenhum ato de censura pode desfazer. (BUTLER, 1997, p. 1-2).

De fato, a linguagem agiu contra Cláudia sob a forma de enunciados que a imaginaram como uma criminosa que mereceu ser cruelmente morta e arrastada por agentes do estado brasileiro. Silva aponta que a violência verbal é tão violenta quanto à física e acrescenta que “a violência traz questionamentos para os modos como usamos as palavras (para a pragmática), como também para as imaginações sociais e regulamentações do modo que usamos as palavras (metapragmática).” (SILVA, 2017, p. 3). Sob essa perspectiva, termos como “bandida”, “mulher arrastada”, “ligada ao tráfico”, usados para se referir a Cláudia, arrastam processos históricos de longa duração que sustentam pragmáticas de dominação. Termos como esses, com efeito, projetam subjetividades em posições subordinadas (BUTLER, 1997, p. 14).

Assim como somos instados cotidianamente por práticas linguísticas injuriosas e ferintes, podemos utilizar a linguagem para resistir aos atos de fala violentos, projetar relações intersubjetivas ou interraciais menos desiguais, imaginar um espaço urbano mais integrado e sem dicotomias como favela/asfalto etc. Sendo a linguagem um instrumento de ação e transformação social, podemos fazer circular outras narrativas a respeito de mulheres negras e faveladas como Cláudia. Narrativas que promovam maior equilíbrio nas relações de poder entre negros e brancos em nossa sociedade¹.

Isso é o que propõem ativistas como Camila Pavanelli e tantos outros que questionaram não só “mulher arrastada”, mas a falta de rosto e discursos de desconfiança e marginalização que circularam sobre Cláudia. Talvez um caminho para isso seja o proposto por Butler (1997, p. 41): “a resignificação de discursos depende da abertura de novos contextos, da fala em modos que ainda não foram legitimados e, portanto, a produção de legitimação de formas novas e futuras”.

A seguir discutiremos a luta por reconhecimento e os exemplos de reivindicação nas redes sociais.

3 LUTA POR RECONHECIMENTO: AS REDES SOCIAIS E O QUESTIONAMENTO AO TERMO “MULHER ARRASTADA”

Na recém lançada obra *Percursos para o reconhecimento, igualdade e respeito*, D’Adesky (2018, p. 19) ressalta que “os estudos da linguagem e ideologia têm demonstrado o poder das palavras, como meios de ação e instrumentos de reprodução da ordem social”. O autor parece se filiar a uma visão de luta por reconhecimento baseada na reconstrução via linguagem. Quanto a isso ele acrescenta que

Além dos discursos e das ideias, situados no espaço do simbólico e do imaginário, a relação do sujeito com seu ambiente social também depende das representações sociais negativas (preconceitos e estereótipos), assim como do domínio e controle do saber e dos conhecimentos técnicos que orientam a hierarquia social. (D’ADESKY, 2018, p. 19)

A partir dessa análise, D’Adesky (2018) denuncia que a luta de minorias e grupos subalternos, como o Movimento Negro, não será só política. Ele alerta que essa luta visa também: a uma crítica radical

¹ Tratamos aqui da questão de raça a partir de um “essencialismo estratégico”, concebido na ótica de Rajagopalan (2006, p. 76) como um gesto político e intervencionista.

dos significados e das interpretações estabelecidos, bem como à reapropriação do processo de construção da imagem de si e de um discurso, notadamente no que concerne à memória coletiva. Ele argumenta então, conforme o excerto abaixo, a favor da retomada do direito à enunciação:

Por esse viés, os intelectuais do Movimento negro investiram no terreno da ação política, no qual vieram reivindicar o direito de se exprimir, e portanto, de se situar em relação ao relato histórico, às grandes forças econômico-sociais dominantes, como também a estabelecer na linguagem uma nova subjetividade do pensamento, capaz de construir uma imagem positiva daqueles que foram oprimidos em sua raça e por causa dela. (D'ADESKY, 2018, p. 26).

Esse direito à enunciação passa por uma retomada de discursos de afirmação sobre a população negra, comumente retratada e associada à servidão e à desumanidade, conforme já discutimos acima.

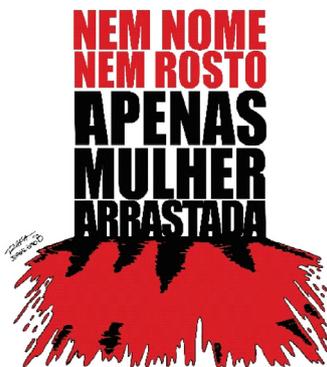
Ao argumentar a respeito da política de reconhecimento, D'Adesky (2018, p. 180) retoma o teórico Charles Taylor e assevera que

Enquanto a política da dignidade universal tem lutado por formas de não discriminação, que sejam totalmente cegas às maneiras pelas quais os cidadãos diferem entre si, a política de reconhecimento requer, segundo Charles Taylor, que façamos dessas distinções o próprio fundamento de um tratamento diferencial que leve em conta as dimensões da alteridade necessárias no que se refere ao respeito normalmente devido.

A partir dessa reflexão podemos perceber que a política de reconhecimento proposta por D'Adesky (2018) se debruça e investe nas condições de produção da alteridade e da diferença e não na simples constatação de que somos todos iguais. Tal perspectiva, enfatiza a necessidade de se dispensar tratamento desigual a indivíduos posicionados de forma desigual na sociedade.

As reflexões do autor nos aproximam dos movimentos linguísticos ocorridos em diversos ambientes midiáticos e também fora deles – que reivindicavam a humanização de Claudia. Em alguns dos textos aqui trazidos, isso se deu através de redes sociais. Elas foram utilizadas para reivindicar nome e rosto à Cláudia. Discursos em busca do reconhecimento da identidade e da cidadania da vítima são construídos, como no exemplo a seguir:

Figura 1 – Charge mulher arrastada, por Rafael Balbuerno



Fonte: <http://jornalismob.com/2014/03/20/charge-a-mulher-arrastada/> (acesso em: 11 abr. 2019).

A charge foi assinada por Rafael Balbuena e publicada em vinte de março de dois mil e catorze três dias após o crime, no blog *Jornalismo B*. Outro exemplo relevante foi o *post* da ativista Niara de Oliveirano Facebook:

Ao se referirem à negra faxineira de 38 anos e mãe de quatro filhos assassinada pela PMERJ e arrastada por três bandidos numa viatura policial pela Intendente Magalhães na manhã desse domingo em Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro, usem o seu nome: CLÁUDIA SILVA FERREIRA. Não lhe neguem sua história, sua identidade, sua memória, como está fazendo/fará a grande imprensa (e agiu nome. E sempre que virem algum veículo da imprensa se referindo à Cláudia como “a mulher arrastada”, chamem a atenção e peçam a correção. Fiz isso hoje no twitter com a EBC na Rede e funcionou.

Rafael e Niara entextualizaram criticamente enunciados de mídias hegemônicas que construíram Claudia meramente como “mulher arrastada”, sem citar seu nome e, desse modo, desprezando sua existência social. Rajagopalan (2003 p. 3) nos alerta que o modo como a grande imprensa escolhe designar pessoas está relacionado a impressão de seu estilo jornalístico. Desse modo, ao nomear Cláudia como “mulher arrastada”, a mídia parece contribuir na “formação de opinião pública” a respeito de corpos de pessoas negras periféricas: historicamente construídas como atreladas a servidão e castigos diversos. Segundo o autor, o perigo dessas nomeações reside no fato de que “o leitor ingênuo ou desavisado tende a confundir descrição com termo referencial, opinião com fato consumado” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 4). O risco do não questionamento de determinadas práticas discursivas está, nesse aspecto, na reprodução acrítica de ideologias predominantes em textos da mídia a respeito dos corpos negros.

A charge de Rafael e o *post* de Niara, contudo, evidenciaram que os sentidos projetados nos textos da “grande imprensa”, como desumanização e reificação de Cláudia, não foram ratificados em ambientes midiáticos alternativos. Ao criticar o apagamento social de Claudia, cujo rosto e nome foram negados e silenciados, Rafael reivindica uma pragmática e metapragmática linguística cujas projeções semânticas garantam cidadania e dignidade à vítima da ação policial. Niara, mais explicitamente que Rafael, se dirige a seus interlocutores do blog e solicita que usem uma pragmática diferente da que foi empregada na mídia tradicional. Essa pragmática, segundo a publicação da ativista, seria pressuposta por uma metapragmática cujos efeitos invertem o apagamento da história, da memória e da identidade de Cláudia. Esses dois excertos enfatizam o caráter performativo e subversivo da linguagem na vida social, pois as projeções de anonimato e reificação de Cláudia foram rejeitados e ressignificados em variados espaços-tempo midiáticos. Além disso, nessas duas intervenções há um choque entre metapragmáticas concorrentes e seus efeitos de sentido decorrentes que evidencia a importância da linguagem nas relações de poder entre grupos de uma sociedade. Nomear Cláudia significa, portanto, conferir nome, rosto, voz e cidadania aos pretos e pobres que são assassinados diariamente pela polícia na cidade do Rio de Janeiro.

Igualmente compreendidos aqui como efeitos performativos das publicações da mídia hegemônica, surgiram outras produções midiáticas que reivindicavam o resgate da cidadania e da identidade de Cláudia. Provavelmente, sem essas intervenções, Cláudia figuraria na imprensa como mais uma estatística da política de matabilidade de nossa cidade: mais uma vítima do genocídio do povo negro.

Como exemplos temos os *posts* de diversos ativistas em redes sociais, reunidos pelo site *Global Voices*. Em 24 de março de 2014, eles publicaram a reportagem *Cláudia Silva Ferreira: morta em ação*

policial, tornada invisível pela mídia. A leitura dessa matéria deu origem a uma série de entextualizações que, assim como os textos de Rafael e Niara, criticam a pragmática e a metapragmática hegemônica e produzem impactos semânticos nas relações sócio-raciais da cidade do Rio de Janeiro. A seguir temos a postagem de Ana Silva:

POLÍCIA ASSASSINA, MÍDIA CÍNICA E PERVERSA. Mulher, mulher, mulher, moradora, moradora, moradora, morta, morta, arrastada, arrastada, arrastada, arrastada. Filha de arrastada, enterro de arrastada, viúvo de mulher, mulher arrastada. Assim mesmo: Sem nome, sem identidade, SEM HUMANIDADE. APENAS MAIS UM CADÁVER. APENAS MAIS ESTATÍSTICA.

O ativista Thiago Paiva completou em uma série de *tweets*:

Por qual razão a vítima quando é de classe média/alta tem nome e sobrenome? Pensando no que eu disse de manhã. Guri arrastado de carro. Estereótipo completo de -classe média- – nome, sobrenome, série de reportagens. Uma moça arrastada de carro, pobre, não tem “potencial” pra ser uma musa que gere uma causa... é só “mulher arrastada” (...).

O *post* de Ana, em tom de denúncia (exacerbada pelas partes do texto em caixa alta) sinaliza que duas entidades diretamente ligadas à barbárie são culpadas: a polícia e a mídia. Ao qualificar a polícia como “assassina”, ela aponta para a política da morte instaurada. Ao caracterizar a mídia como “cínica” e “perversa”, ela projeta sobre as produções jornalísticas o descaso com o genocídio da população negra e pobre promovido pelo estado e o desprezo pelos efeitos nefastos sobre as pessoas e famílias que moram nas comunidades do Rio de Janeiro. Ana faz uso da repetição dos termos que foram usados de forma contínua em referência à Cláudia: “mulher”, “moradora”, “arrastada”. A repetição proposital pode ser lida como indignação/deboche com a caracterização dada à Cláudia. Essa repetição, sobretudo, critica uma viciada *práxis* linguística que trata as mortes de moradores de favela como mera “estatística” e ressalta, nesse aspecto, que dar nome e sobrenome às vítimas confere a elas o mínimo de humanidade de respeito por suas mortes. A ativista vai além e ao recuperar termos como “filha de arrastada”, “viúvo de arrastada”, alerta para o fato de que a dor, a anonimidade foi estendida a toda a família. O *post* de Ana denuncia, nesse sentido, que a pragmática e a metapragmática empregadas pelos canais midiáticos hegemônicos corroboram a necropolítica vigente na cidade do Rio de Janeiro ao qualificar suas vítimas como números e não como pessoas e famílias dignas de choro e de luto.

Thiago também critica a *práxis* linguística que trata como números as mortes de moradores nas comunidades cariocas, mas sublinha a importância das questões de classe – associadas às de raça – nos textos midiáticos. Ao questionar o porquê de as pessoas de classe média/alta serem identificadas com “nome” e “sobrenome”, o internauta compreende que tal identificação projeta semanticamente os privilégios que as classes média e alta têm em relação às classes populares quanto aos efeitos da violência que assola a cidade do Rio de Janeiro. A pragmática da nomeação ou do anonimato, nesse sentido, funciona como um critério de classificação social cujos efeitos metapragmáticos seriam a separação dos corpos indignos de pena dos corpos que merecem as condolências da sociedade. A partir da expressão “guri arrastado de carro”, Thiago parece recuperar o exemplo de João Hélio, menino de 6 anos e de classe média, que em

2007 foi também brutalmente arrastado, porém teve nome e foto amplamente divulgados pela imprensa. Tal exemplo, reforça a ideia de que a pragmática da mídia acerca da violência é um instrumento de distinção social que, a depender do local de moradia da vítima e de suas condições sócio-econômicas, pode ou não afiançar a necropolítica vigente na cidade do Rio de Janeiro.

Questionamentos como os de Ana e Rafael, somados a tantos outros já mencionados, geraram um movimento de reivindicação que reverberou também na imprensa oficial online, impressa e televisiva. Observemos as capas da versão impressa do jornal Extra do dia seguinte ao crime do dia 17 de março de 2014 e de dias posteriores. Paulatinamente, após os protestos em diversas redes sociais, Cláudia vai tendo nome e rosto. A foto de sua identidade passa a ser anexada às reportagens.

Figura 2 – Capas do jornal Extra de 17 e 19 de março de 2014



Fonte: <https://extra.globo.com/capas-jornal-extra/>, acesso em setembro de 2019.

Na capa do dia 17 de março de 2014, o termo “mulher foi arrastada” aparece na chamada da manchete principal. A edição não entextualiza o nome de Cláudia. Suas fotos e seu nome só surgem após a chamada, em um parágrafo abaixo. Na foto principal está o viúvo Alexandre, com as mãos no rosto e com uma camisa do Flamengo. Essa capa parece denotar o caráter sensacionalista da publicação: mostra o desespero de um homem simples, suburbano, chorando a morte de sua companheira.

Ao optar pela manchete “PMS repetem assassinos do menino João Hélio”, o jornal parece assim recuperar um caso similar, que também obteve grande cobertura pela imprensa carioca e comparou os policiais envolvidos aos assassinos do menino. Entretanto, Claudia fica em segundo plano, ao ter suas subjetividades apagadas. Assim como denunciou o ativista Rafael Paiva, João Hélio foi lembrado, mesmo sete anos após o seu lamentável e fatídico arraste. Seria sua vida mais passível de pranto e lembrança?

No dia seguinte, 18 de março de 2014 a capa impressa do Jornal Extra entextualiza a fala de Thaís, filha de Cláudia, que acompanhou todo o processo: “Mataram minha mãe no caminho”. Ao optar por essa manchete, o jornal parece tentar já humanizar Cláudia, embora seu nome não ganhe destaque. Isso pode ter ocorrido pelas reivindicações já mencionadas. Como foto principal está o enterro de Cláudia. Vê-se ali a dor de familiares e amigos.

Apenas no dia 19 de março de 2014 o nome Cláudia é entextualizado em “PM: Cláudia foi na mala; coletes e fuzis, no banco”. Finalmente nesta edição faz se menção ao nome de Claudia. A foto principal traz os filhos, sentados no sofá da casa e portando o uniforme de trabalho de Claudia como auxiliar de serviços gerais: a prova material de que não era bandida. Como legenda para a foto, foi incluída a frase: “a família que PMs arrastaram para a desgraça”. Nessa capa, também sensacionalista, Cláudia tem família, caracterizada como também arrastada para a “desgraça”.

Apesar do teor sensacionalista das publicações, percebemos que os *tuites*, os protestos e as charges não foram discursos produzidos no vácuo social: eles impactaram performativamente canais da mídia tradicional, fazendo circular significados outros acerca do assassinato de Cláudia. Conforme o itinerário textual percorrido, foi possível sublinhar as disputas metapragmáticas em torno da construção semântica desse acontecimento. Mais do que isso, foi possível demonstrar que as práticas linguísticas não narram objetivamente os fatos sociais e sim os constroem sob certas perspectivas, corroborando ou invalidando histórias e performances sociais e intervindo decisivamente nas correlações de forças em jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os protestos de diferentes atores sociais, seja em contextos online, como redes sociais, ou através de manifestações pelas ruas de Madureira, por humanidade à Cláudia, parecem denotar que a luta por reconhecimento, como aponta D’Adesky (2018), se inicia na linguagem.

Tais atores, não ratificam sentidos de apagamento e anonimidade que circulam na mídia *mainstream*: eles os refutam, demonstram indignação, seja através da arte, como fez Rafael Balbuerno com sua charge ou como fez Ana Silva, em sua postagem. Essas manifestações explicitam que a pragmática e a metapragmática da mídia hegemônica parecem corroborar com a necropolítica vigente na cidade do Rio de Janeiro, em que vidas não dignas são tratadas como números e estatísticas e não são consideradas passíveis de luto.

Além disso, as manifestações analisadas apontam que as mídias alternativas, como o blog *Jornalismo B* e o site *Global Voices*, podem ser espaços para circulação de discursos não hegemônicos sobre corpos historicamente marcados pela subalternidade e servidão. Devido ao poder performativo da linguagem, os discursos de protesto puderam impactar na edição das capas do próprio jornal que havia protagonizado o anúncio do arraste, o jornal *Extra*, e suscitaram a utilização de linguagens que ao invés de apagar Claudia, enfim a humanizariam: de “mulher arrastada”, ela passaria a figurar como “mãe” e teria nome e família, nas edições seguintes.

A reflexão proposta por esse artigo aponta para o poder da linguagem em instaurar e transformar realidades. Se a linguagem pode levar a genocídios, se é por ela que barbáries podem continuar ocorrendo, é igualmente através dela que os corpos subalternos podem promover ações políticas de enfrentamento contra a política de matabilidade instaurada. E que jamais esqueçamos: Claudia tinha nome, história, família. Lembremos sempre de Cláudia da Silva Ferreira, “mulher arrastada”, nunca!

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, [1962] 1990.
- BUTLER, J. *Excitable Speech: a Politics of the Performative*. Nova York: Routledge, 1997.
- D'ADESKY, J. *Percursos para o reconhecimento, igualdade e respeito*. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2018.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. *Los condenados de la tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- FOUCAULT, M. Direito de morte e poder sobre a vida. In: _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Segurança, território e população: curso dado no collège de France (1977 – 1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HILÁRIO, L C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere Aude-Revista de Filosofia*, v. 7, n. 13, p. 194-210, 2016.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: sobre el gobierno privado indirecto*. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina, 2011.
- _____. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MELO, G. C. V. O lugar da raça na sala de aula de inglês. *Revista da ABPN*, v. 7, n. 17, p. 65-81, jul./out., 2015.
- MOURA, C. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- NASCIMENTO, A. do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, D. A de. *Gestão Racista e Necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro*. Texto apresentado no NEGRA (Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora): Faculdade de Formação de Professores da UERJ, 2014.
- RAJAGOPALAN, K. *Designação: a arma secreta, porém incrivelmente poderosa da mídia, em conflitos internacionais*. Estudos Linguísticos (Anais do GEL), v. 27, CD Rom, 2003.
- _____. Pós-modernidade e a política de identidade. In: RAJAGOPALAN, K. ; MARTINS FERREIRA, D. M. (Orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006. p. 61-80.
- SILVA, D. N. *Pragmática da Violência: o Nordeste na mídia brasileira*. 2010. 192f. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2010.

_____. *Language and violence*. Pragmatic perspectives. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing companies, 2017.

SILVERSTEIN, M. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: Lucy, J. A. (Ed.). *Reflexive language: reported speech and metapragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ZACCONE, O. *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.